

Eleições

Judicialização eleitoral
dispara e põe limites do TSE
em debate

Ações contra campanhas crescem 217% em relação a 2022. Especialista questiona a capacidade do Judiciário de arbitrar disputas políticas e alerta para riscos à liberdade de expressão.

Página 7

Saúde

Após mudança no modelo de gestão,
maternidades municipais fazem 376
mil atendimentos em um ano

Organizações sociais assumiram a gestão das unidades, implantaram novos serviços e ampliaram a oferta de atendimentos à população em até 87,5% em relação ao ano passado.

Página 8

Herivelto Nunes

Gestão profissional aproxima
Vila Nova da elite do futebol
brasileiro

Organização financeira, investimentos em estrutura e apoio da torcida fortalecem o Tigrão na busca pelo acesso à Série A em 2027.

Página 12

Eleição presidencial

Lula vence
virada histórica,
mas terá oposição
forte pela frente

Quarto mandato amplia trajetória política do petista, mas força da oposição no Congresso e resistência em Goiás impõem desafios à governabilidade.

Páginas 4 e 5



Goiás

Flávio abre vantagem no
estado e amplia votação
em Goiânia

Candidato do PL fecha apuração com 59,66% dos votos no estado e 62,64% na capital, enquanto Lula registra 40,34% e 37,36%, respectivamente.

Página 5

Mobilidade

Daniel Vilela lança sistema para
agilizar transporte coletivo e
entrega nove ônibus

BRS será implantado inicialmente na Avenida T-63, em Goiânia, com previsão de faixas exclusivas, semáforos sincronizados e viagens até 30% mais rápidas

Página 10



Foto: MEC

ESCOLA



Goiás recua em equidade
racial na educação

Redes municipais perdem posições em indicadores de políticas étnico-raciais, enquanto estudantes apontam melhoria do ensino e da aprendizagem como prioridade para os próximos governos.

Página 11

Tribuna Política

As contas de Mabel

Prefeito confirmou ida à Câmara para prestar contas do segundo quadrimestre, em audiência marcada para segunda-feira (26).

Página 3

Editorial

Artigo

Goiânia, uma cidade de histórias e futuro

Goiânia chega aos 93 anos com a beleza de quem nasceu planejada para representar um novo tempo e ganhou vida própria, moldada por gerações que fizeram dela seu lar e seu lugar de realização de sonhos. Arborizada, acolhedora e dinâmica, a capital goiana reúne atributos que explicam o vínculo de seus moradores com a cidade. Também enfrenta desafios que exigem cuidado, planejamento e compromisso com o futuro.

É essa Goiânia de muitas faces que a Tribuna do Planalto celebra neste aniversário, com um caderno especial que percorre passado, presente e futuro. A publicação é um presente aos goianienses e um convite a reconhecer conquistas e refletir sobre os caminhos que a cidade ainda precisa percorrer.

Voltar ao passado é reencontrar a ousadia de Pedro Ludovico Teixeira e dos urbanistas que desenharam a nova capital. Concebida como símbolo de modernidade e progresso, Goiânia cresceu além do traçado original e se tornou um dos principais centros urbanos do País. Conhecer essa história é compreender as raízes de uma identidade que continua em construção.

Olhar para o presente é reconhecer avanços na educação, na saúde, na mobilidade e na preservação ambiental, sem ignorar o que ainda precisa melhorar. Goiânia tem parques, praças, árvores, uma economia pulsante e gente que movimenta suas ruas diariamente. Preservar essas qualidades e ampliar o acesso de todos aos benefícios da vida urbana é uma tarefa permanente.

O horizonte aponta para 2033, quando a capital completará um século. Os próximos sete anos são uma oportunidade para construir uma cidade mais sustentável, acessível e segura, que preserve seu patrimônio, enfrente problemas de infraestrutura, valorize os espaços públicos e ofereça oportunidades às novas gerações.

Ao dedicar este caderno à capital, a Tribuna do Planalto reafirma seu compromisso com Goiás e seus leitores. Contar a história de Goiânia, registrar as transformações do presente e pensar o amanhã também são formas de participar da construção da cidade. Parabéns, Goiânia, pelos seus 93 anos! Que a confiança que inspirou sua criação continue a orientar seus passos e que, ao completar cem anos, a cidade tenha ainda mais motivos para orgulhar seus moradores. Porque uma cidade bonita é aquela que encanta o olhar, mas, sobretudo, cuida das pessoas e lhes oferece futuro.

O direito de votar e a luta das mulheres por espaço na política

Há exatos 100 anos, em 1926, minha tia-avó e madrinha de batismo, Carlota Pereira de Queirós, formava-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com a tese “Estudos sobre o Câncer”. Em uma época em que o acesso das mulheres à universidade e às profissões ainda era uma exceção, a conquista representava mais que a realização de um sonho: abria caminho para sua atuação na vida pública.

Em 1933, Carlota tornou-se a primeira deputada federal brasileira, ao ser eleita para a Assembleia Nacional Constituinte. Sua trajetória se insere na luta histórica pelo voto feminino, conquistado em 1932. Em 1934, a Constituição eliminou restrições ao exercício desse direito, cuja obrigatoriedade para as mulheres só seria estabelecida em 1946.

Antes de chegar ao Parlamento, Carlota enfrentou a descrença do próprio pai e precisou provar sua capacidade para ingressar na Medicina. Du-

rante a Revolução Constitucionalista de 1932, dedicou-se ao atendimento dos feridos, atuação que contribuiu para sua indicação à disputa eleitoral.

Em seu discurso de posse, afirmou que, além de representante feminina, era uma brasileira comprometida com os destinos do país. Permaneceu na Câmara até 1937, quando o Estado Novo fechou o Congresso. Depois, retomou a clínica médica e seguiu contribuindo para a ciência e a organização das mulheres na profissão. Foi a primeira mulher eleita para importantes instituições médicas e presidiu a Associação Brasileira de Mulheres Médicas por três mandatos.

Carlota também se dedicou à produção intelectual, escreveu livros e manteve uma atuação ativa durante décadas. Para mim, porém, ela era também a tia Carlota: uma madrinha presente, cuja trajetória acompanhei com admiração. Comecei minha carreira quando ela se aproximava do fim da sua e também encontrei portas

fechadas. Como ela, procurei aproveitar as oportunidades.

Pergunto-me se ela se orgulharia das minhas lutas pelas posições ocupadas por mulheres. Gosto de acreditar que sim.

Cem anos depois de sua formatura e mais de nove décadas após sua chegada ao Parlamento, o voto continua significando muito mais que escolher representantes. É exercer um direito conquistado com luta e reconhecer que muitas oportunidades hoje consideradas naturais existem porque mulheres como Carlota tiveram coragem de ocupar espaços onde quase não havia lugar para elas.



Dra. Maria Brandão
Teixeira e Brandão
Teixeira Advogados

Artigo

Fim da escala 6 por 1 - Prosperidade e Inclusão

O fim da escala 6x1 e a adoção do modelo 5x2, com dois dias de descanso remunerado e redução gradual da jornada semanal de 44 para 40 horas, representam mais do que uma mudança nas relações de trabalho. A medida pode contribuir para ampliar a inclusão social, ao pressionar empresas a contratar novos trabalhadores e rever práticas excludentes.

A inclusão de pessoas com deficiência, mulheres, negros, idosos e pessoas LGBTQIA+ é um dos desafios do mercado de trabalho brasileiro. Segundo dados citados no artigo, apenas 26,6% das pessoas com deficiência estão ocupadas, ante 60,7% das pessoas sem deficiência. Entre as

mulheres, o desemprego chega a 7,3%, contra 5,1% dos homens, enquanto o salário médio feminino é 15,8% menor.

A escala 6x1 também atinge de forma desigual esses grupos. Cerca de 33,5% dos trabalhadores pretos e pardos cumprem essa jornada, ante 31,7% dos brancos. Entre as mulheres ocupadas, a proporção é de 32,2%.

Com a mudança, empresas que precisam manter seis dias de operação poderão necessitar de mais funcionários para cobrir as escalas. Considerando os 14,8 milhões de trabalhadores atualmente submetidos à 6x1, o artigo estima que a necessidade de mão de obra possa gerar cerca de 3

milhões de vagas adicionais, caso sejam mantidos os níveis de operação.

Essa demanda pode abrir oportunidades para grupos historicamente excluídos. O texto destaca que a falta de qualificação frequentemente serve de justificativa para barreiras que, na prática, decorrem do preconceito. Mesmo entre pessoas com deficiência que concluíram o ensino superior, apenas 51,2% estavam ocupadas, contra 80,8% das pessoas sem deficiência, segundo dados da PNAD Contínua de 2022.

A convivência profissional também pode reduzir preconceitos. Estudos sobre relações entre grupos indicam

que o contato, quando ocorre em condições de igualdade, cooperação e apoio institucional, favorece a diminuição de atitudes discriminatórias.

Além do aspecto social, a diversidade pode impulsionar a economia. Pesquisas citadas no artigo associam equipes diversas a melhores resultados financeiros e maior capacidade de inovação. Mais contratações também podem ampliar a circulação de renda e o consumo.

Dois dias de descanso, por sua vez, permitem maior atenção à saúde, à família e ao lazer, com possíveis ganhos de produtividade e qualidade de vida. Para que esses benefícios se concretizem, serão necessárias fiscalização, acessibilidade e

mudanças na gestão das empresas. O fim da 6x1, portanto, pode representar não apenas uma transformação trabalhista, mas também uma oportunidade de reduzir desigualdades, estimular a inovação e construir um mercado de trabalho mais inclusivo. Quem inclui, prospera!



Wilson Aquino,
é Defensor Público Regional de Direitos Humanos em SP. Especialista em Inclusão Social, Direitos Humanos e Economia Política. Membro dos Grupos de Trabalho da DPU: Pessoas Idosas, Pessoas com Deficiência e Pessoas em Situação de Rua. Comendador Cultural. Escritor. Professor.



Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Editores
Andréia Bahia
abahiagn@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a Tribuna do Planalto em sintonia com você. Escreva para: redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais

f Tribunadoplanalto
@Tribunaplanalto

Endereço e telefone:
Av. Anhanguera, Sala 1601, Qd. 74 Lt. 9A/11
Palácio do Comércio: Cep 74.043-010
Fone: (62) 3434-1516



Tribuna Política

Domingos Ketelbey
dksilveira@gmail.com

O resultado entra na conta

Daniel Vilela vinculou o planejamento do próximo governo ao resultado presidencial. Incluiu nessa conta o mandato de Gracinha Caiado e o futuro político de Ronaldo Caiado. A declaração, feita no domingo em Nova Crixás, mostra que a reorganização da base não se encerra na discussão sobre prefeitos e partidos. Também depende do espaço que cada integrante poderá ocupar na relação com Brasília.

Gayer à mesa

Gustavo Gayer encerrou a campanha como anfitrião de Daniel, Caiado e Gracinha em Goiânia. Organizou o ato de sábado e reuniu lideranças que disputaram a eleição estadual em campos diferentes. A aproximação não constitui uma aliança para 2028, mas impede que a reorganização da direita goiana seja discutida apenas entre MDB, PSD e União Brasil. O senador eleito pelo PL também terá de ser considerado.

Bandeira compartilhada

Gracinha Caiado escolheu a segurança pública para sua manifestação no dia da votação. Defendeu a experiência goiana como referência nacional, aproximando a futura atuação no Senado da principal bandeira do marido. O movimento permite ao caidismo manter esse discurso em Brasília enquanto Daniel passa a responder pelos resultados da administração estadual. Os três compartilham a pauta, mas ocuparão posições diferentes para defendê-la.

Bruno fica

Bruno Peixoto adiou uma viagem pessoal para assumir o governo durante o afastamento de Daniel, previsto entre 29 de outubro e 3 de novembro. A substituição é constitucional, mas ocorre num momento politicamente conveniente ao presidente do União Brasil. Enquanto os aliados discutem o destino dos prefeitos de seu partido, Bruno terá uma passagem pelo Executivo antes de trocar a Assembleia pela Câmara dos Deputados.

A conta dos suplentes

Bruno sinalizou apoio à permanência de Lincoln Tejota na Assembleia na próxima legislatura. Como o deputado ficou na suplência, o retorno dependeria da abertura de espaço entre os eleitos. Uma das possibilidades discutidas é a ida de um parlamentar da Federação União-PP para o secretariado. A montagem da equipe de Daniel terá, portanto, uma pressão adicional: acomodar aliados que não conseguiram renovar o mandato.

Aparecida se rearranja

O vereador Felipe Cortez, do Mobiliza, tem sinalizado a colegas que pretende deixar a oposição a Leandro Vilela e assumir uma posição independente. Não há adesão formal ao prefeito. Ainda assim, o movimento merece atenção: a ampliação da base dos Vilela pode ocorrer primeiro pela mudança de comportamento dos parlamentares e só depois chegar às fichas de filiação.

Apoio com dono

A aproximação de Cortez com a Assembleia de Deus Vila Nova encontrou um compromisso eleitoral já firmado. Rafael Gouveia afirmou que o grupo mantém Hanleryo Arantes, secretário de Defesa do Consumidor de Aparecida, como sua opção para vereador em 2028. A igreja está aberta à participação de Cortez, mas sua representação política não foi colocada em negociação. É um limite concreto à tentativa de ampliar a base do vereador.

Daniel e Caiado ensaiam uma nova divisão de poder



A parceria entre Daniel Vilela e Ronaldo Caiado sobreviveu às urnas, mas começa a entrar numa fase diferente. O governador reeleito e o ex-governador agora trabalham para reorganizar os partidos que sustentam seus respectivos projetos políticos. No centro das conversas, está uma possível federação entre MDB e PSD. Nos bastidores, uma questão mais imediata: para onde irão os prefeitos que cresceram politicamente sob o comando de Caiado?

Daniel revelou nesta semana que já discute a federação com Baleia Rossi, presidente nacional do MDB, enquanto Caiado ficou encarregado de levar a proposta ao PSD. Os dois se reuniram na quarta-feira (21), em Goiânia, para tratar da articulação. A iniciativa tenta dar forma partidária à aliança que governa Goiás desde 2019.

O movimento acontece num momento de redistribuição de forças. Caiado deixou o União Brasil, partido que comandou durante boa parte de seus dois mandatos, e se filiou ao PSD. Daniel, por sua vez, fortaleceu o MDB e saiu das urnas com mandato próprio, conquistado ainda no primeiro turno. A parceria permanece, mas ambos precisam organizar suas estruturas políticas.

O União Brasil chegou a reunir prefeitos em 104 dos 246 municípios goianos. O PSD, atual partido de Caiado, conta com apenas duas prefeituras. Já o MDB se aproxima de 70 gestores municipais e trabalha com a meta de eleger 100 em 2028.

É nesse mapa que começa a disputa mais concreta. Aliados de Caiado articulam a transferência de prefeitos do União Brasil para o PSD. Ao mesmo tempo, o MDB recebe manifestações de interesse de gestores que pretendem se aproximar do partido do governador.

Daniel minimiza qualquer possibilidade de conflito. Afirma que não pretende concentrar todos os aliados no MDB e considera o PSD um partido irmão. Também nega que a movimentação esteja relacionada às eleições municipais de 2028.

A explicação, porém, não elimina o peso político das filiações. Prefeito não muda de partido apenas por afinidade pessoal. Calcula estrutura, interlocução com o Estado, alianças municipais e perspectivas eleitorais.

Há ainda um terceiro personagem nessa reorganização: Bruno Peixoto. Eleito deputado federal com a maior votação de Goiás, o presidente da Assembleia assumiu o comando estadual do União Brasil justamente quando Caiado deixou a legenda.

Bruno herdou uma estrutura construída durante os anos de governo, com prefeitos, deputados e lideranças regionais. Uma eventual saída expressiva de gestores para MDB e PSD mudaria o tamanho dessa estrutura antes mesmo da próxima eleição municipal.

A proposta de federação poderia acomodar parte dessas disputas, mas enfrenta obstáculos nacionais. Dirigentes das duas siglas demonstram resistência à união. Diferentemente de uma coligação, uma federação obriga os partidos a atuar juntos em todo o país por pelo menos quatro anos. É uma negociação que ultrapassa a vontade de Daniel e Caiado. Por enquanto, a federação é uma proposta. A movimentação dos prefeitos, embora ainda sem adesões em massa confirmadas, já mobiliza dirigentes estaduais.

Daniel terá de consolidar sua liderança como governador. Caiado pretende preservar a influência que construiu no interior. Bruno buscará manter o espaço do União Brasil. A aliança continua de pé. O próximo desafio será definir como seus integrantes vão dividir o poder sem transformar a reorganização partidária em disputa dentro da própria base.

Espaço depois das urnas

Felipe Mabel, do Podemos, descartou, neste momento, disputar uma cadeira de vereador em Aparecida, mas afirmou que buscará espaço para continuar na vida pública. Ficou na suplência para deputado estadual e pretende preservar o grupo que o acompanhou. Não anunciou convite nem cargo. Sua situação ilustra outra negociação do pós-eleição: o destino dos candidatos que mobilizaram apoios, mas ficaram fora da distribuição de mandatos.

As contas de Mabel

Sandro Mabel confirmou ida à Câmara para prestar contas do segundo quadrimestre, em audiência marcada para segunda-feira (26). O encontro foi agendado depois da decisão judicial sobre a taxa do lixo e oferece aos vereadores a oportunidade de confrontar as alegações de dificuldade financeira com os dados do próprio Paço. Para o prefeito, a discussão sobre arrecadação precisa avançar além do embate político com os adversários da cobrança.

Dinheiro e relação política

O orçamento de Goiânia para 2027 prevê R\$ 11,7 bilhões e abre uma negociação imediata entre Mabel e a Câmara. Relator da proposta, Ronilson Reis avisou que não pretende prorrogar o prazo das emendas, previsto para terminar em 6 de novembro. É nessa distribuição que os vereadores poderão mostrar capacidade de atender suas bases. A composição da nova Mesa não encerrou as negociações entre Legislativo e Prefeitura.

Divergência próxima

A cardiologista Ludhmila Hajjar, que atende Caiado, declarou apoio ao presidente Lula na reta final e colocou a defesa do SUS no centro de sua escolha. A relação profissional com o ex-governador não se converteu em alinhamento eleitoral. O episódio também impede uma leitura automática dos apoios: proximidade pessoal com uma liderança não significa adesão ao conjunto de suas posições políticas.

Tucanos na rua

Ex-secretária da Educação nos governos de Marconi Perillo, Raquel Teixeira participou do ato pró-Lula na Praça Universitária e foi saudada por Adriana Accorsi. A presença da ex-secretária de Educação acrescentou à mobilização um nome ligado aos governos tucanos em Goiás. Encerrada a disputa presidencial, fica uma questão concreta para esse grupo: manter alguma articulação conjunta ou limitar a aproximação à escolha feita no segundo turno.

O apoio que financiou

Duas pessoas ligadas a empresas de Catalão destinaram R\$ 1 milhão à campanha de Flávio Bolsonaro, de acordo registros do TSE. Felipe Eleutério Alvares Vaz contribuiu com R\$ 800 mil e Vaney Rosa de Oliveira, com R\$ 200 mil. As doações, feitas pelos CPFs, mostram uma participação goiana que foi além dos palanques. O levantamento é parcial e não representa toda a arrecadação vinculada ao estado.

Eleições 2026

Em virada histórica, Lula conquista quarto mandato mas tem desafios pela frente

Vitória sobre Flávio Bolsonaro amplia trajetória do petista, mas força da oposição no Congresso impõe negociação para governar

» Domingos Ketelbey

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) venceu uma eleição que começou o segundo turno perdendo. Neste domingo (25), superou o senador Flávio Bolsonaro (PL), conquistou seu quarto mandato e acrescentou outra recuperação a uma trajetória marcada por derrotas, chegadas ao poder e retornos. A vitória assegura mais quatro anos no Palácio do Planalto. O desafio seguinte será construir condições para governar um país cujo eleitorado também fortaleceu a oposição no Congresso.

Às 21h16, com 99,79% das seções totalizadas, o Tribunal Superior Eleitoral já classificava a disputa como matematicamente definida. Lula tinha 64.092.177 votos, equivalentes a 51,76% dos válidos. Flávio somava 59.734.450, ou 48,24%. A distância naquele momento era de 4.357.727 votos. Os números ainda não correspondiam à totalização completa, mas os votos restantes já não poderiam alterar o vencedor.

O resultado inverteu a ordem do primeiro turno. Em 4 de outubro, Flávio havia alcançado 47,03% dos votos válidos, contra 45,16% de Lula. O presidente precisou atravessar as três semanas seguintes buscando votos que não recebera na primeira etapa, reorganizando a campanha e mobilizando apoiadores para impedir que a vantagem do adversário se transformasse em alternância de poder.

A recuperação tem peso político próprio. Lula disputava a eleição como presidente, submetido ao julgamento de seu governo e às cobranças sobre a vida cotidiana. Sua candidatura precisava defender o que havia feito e, ao mesmo tempo, oferecer razões para uma nova oportunidade. A maioria veio, mas acompanhada de uma votação expressiva do adversário e de um Legislativo no qual o partido de Flávio ampliou sua presença.

Em Goiás, a vitória mantém o governador Daniel Vilela (MDB) e o ex-governador



dor Ronaldo Caiado (PSD) diante de um governo federal que trabalharam para derrotar. Os dois aderiram à candidatura de Flávio após o primeiro turno. A reeleição de Lula não altera a maioria estadual conquistada por Daniel, mas frustra a expectativa de iniciar o próximo mandato com um aliado na Presidência.

Três semanas para mudar o resultado

A campanha petista chegou à etapa decisiva pressionada pelo desempenho de Flávio. A vantagem do senador no primeiro turno obrigou Lula a buscar uma reação em prazo curto. O presidente intensificou a mobilização digital, especialmente pelo WhatsApp, e colocou propostas sociais e econômicas no centro da disputa, ao lado de ataques ao adversário.

No domingo, antes de conhecer o resultado, Lula falou sobre as manifestações de apoio realizadas na reta final. “Nunca vi nada igual”, afirmou depois de votar em São Bernardo do Campo, acompanhado da primeira-dama Janja, do vice-presidente Geraldo Alckmin, e de aliados. A declaração traduzia a aposta da campanha na mobilização dos eleitores para superar a desvantagem inicial.

A votação confirmou a recuperação, embora o resultado, isoladamente, não permita atribuir a virada a um único fator. Campanha de rua, comunicação digital, avaliação do governo, rejeição ao adversário e comparecimento às urnas compõem uma disputa que exigirá análise dos dados para separar o peso de cada movimento.

Flávio procurou reunir o voto de mudança. Ao votar no Rio de Janeiro, explorou preocupações com segurança, endividamento e custo de vida. “Chegou a hora da mudança”, disse. Sua candidatura tentou transformar essas insatisfações em maioria contra o presidente e chegou ao segundo turno com a vantagem obtida nas urnas de outubro.

A derrota interrompe esse caminho até o Planalto, mas não apaga a base política que sustentou o senador. Os quase 60 milhões de votos registrados na parcial das 21h16 mostram a dimensão do eleitorado que preferiu seu projeto. Para Lula, governar também significará responder a problemas vividos por essa parcela do país, sem presumir que a vitória eleitoral encerra as razões de sua insatisfação.

O quarto mandato carrega, assim, duas cobranças simultâneas. A primeira vem de quem reeleger o presidente e espera o cumprimento das promessas. A segunda, de quem votou contra e seguirá avaliando emprego, renda, serviços públicos e segurança. A força simbólica da recuperação nas urnas terá de encontrar correspondência nas decisões do governo.

O Congresso que a vitória não mudou

O principal limite político à comemoração já havia sido estabelecido no primeiro turno. O PL elegeu 19 senadores e terá 28 das 81 cadeiras a partir de 2027, considerando os mandatos que continuam. Será a maior bancada da Casa. O PT ficará com nove integrantes e o MDB, com oito.

A composição dá ao partido de Flávio capacidade de organizar a oposição e influenciar a agenda. Não lhe oferece, porém, maioria própria. Tanto o Planalto quanto seus adversários dependerão de acordos com outras legendas. O tamanho das bancadas será o ponto de partida de uma negociação que envolve prioridades, cargos de direção e disposição para apoiar ou barrar propostas.

Para Lula, a tarefa será converter a legitimidade renovada nas urnas em apoio parlamentar. A vitória presidencial não transforma automaticamente partidos de centro em aliados permanentes, assim como a participação de dirigentes na campanha de Flávio não determina o comportamento de todos os seus parlamentares durante os próximos quatro anos.

Esse espaço de negociação exigirá escolhas. O governo terá de definir quais propostas considera indispensáveis, onde admite ajustes e quais compromissos está disposto a assumir. A oposição também será cobrada a apresentar alternativas, especialmente nos temas que usou para questionar a administração durante a campanha.

O presidente chega ao novo mandato com experiência acumulada de negociação, mas encontrará uma correlação de forças que não pode ser tratada como repetição de seus governos anteriores. A relação com o Congresso será testada em decisões concretas. A montagem da equipe e a definição das primeiras prioridades indicarão como pretende enfrentar esse quadro.

Promessas passam a ser compromissos de governo. Na reta final, Lula defendeu medidas como a ampliação do Pé-de-Meia, o perdão de dívidas de microempreendedores individuais e o fim da escala 6x1. Foram propostas apresentadas em uma campanha na qual renda e condições de trabalho estiveram em disputa. Com a reeleição, passam a integrar a cobrança dirigida ao próximo governo.

A execução exigirá mais do que reafirmar intenções. Será necessário apresentar mecanismos, fontes de financiamento e, quando depender do Legislativo, construir votos. O presidente terá de estabelecer uma ordem de prioridades e explicar o que pode ser feito imediatamente e o que exige mudanças mais demoradas.

É nesse ponto que a emoção da vitória encontra a responsabilidade do mandato. O eleitor que participou da recuperação de Lula espera conse-

quências na própria vida. Uma nova autorização para governar aumenta a expectativa sobre a capacidade de entregar resultados, sobretudo quando o presidente já conhece a estrutura administrativa e os obstáculos políticos que terá pela frente.

A experiência poderá ajudar na negociação, mas também reduz o espaço para atribuir dificuldades apenas à adaptação ao cargo. O próximo governo será julgado por suas escolhas e pela capacidade de executar o que apresentar como prioridade. A campanha terminou com uma virada. A administração começará com compromissos acumulados.

Goiás preserva seu governo e revê a aposta nacional

Daniel Vilela sai da eleição com uma vitória estadual expressiva. Foi reeleito no primeiro turno com 2.148.218 votos, equivalentes a 59,17% dos válidos, segundo o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás. A chapa terá Luiz do Carmo, do PSD, como vice no próximo mandato.

Esse resultado garante ao governador uma legitimidade própria, que não desaparece com a derrota de seu candidato a presidente. A escolha nacional, entretanto, mantém uma distância política entre os comandos do Estado e da União. Daniel precisará administrar essa diferença enquanto conduz as demandas de Goiás junto ao governo federal.

O governador declarou apoio a Flávio logo após o primeiro turno e apontou a presença de uma corrente expressiva do MDB contrária à permanência de Lula. Seu posicionamento também evidenciou a diversidade de um partido cujas lideranças não mantêm uma relação uniforme com o Planalto.

A partir de agora, a relação institucional será medida pela capacidade de negociar. Divergências políticas continuarão existindo, mas obras, programas e demandas dos municípios exigem interlocução. Nem uma aproximação automática nem uma ruptura administrativa podem ser deduzidas apenas do resultado eleitoral.

Para Caiado, a eleição termina com duas derrotas no plano nacional. O ex-governador ficou fora do segundo turno e depois se empenhou pela candidatura de Flávio. O apoio foi formalizado em Goiânia, em ato com Daniel e outras lideranças. A aposta não levou seu grupo ao comando federal.

Durante a campanha, Caiado foi mencionado entre os possíveis nomes para uma pasta de Segurança Pública

Eleições 2026

em um eventual governo do PL. Ele negou que negociasse cargos. A distinção permanece necessária: havia especulação sobre uma indicação, não uma nomeação acertada ou um compromisso anunciado.

O resultado torna mais relevante a reorganização partidária discutida por Caiado e Daniel. Os dois defendem uma possível federação entre PSD e MDB e levaram a proposta às direções nacionais. “Se nós fizermos da

parte minha e do Daniel, está mais do que fechado”, afirmou Caiado, na quinta-feira (22). O entendimento local ainda depende de conciliação com interesses de outros estados.

A permanência de Lula acrescenta uma questão a essa negociação: qual será a relação das legendas com o próximo governo. A posição dos líderes goianos na eleição não representa, por si só, uma decisão nacional. O desenho partidário dependerá também

de forças que atuam fora de Goiás e têm outros interesses na relação com a Presidência.

Uma noite prolongada

A definição eleitoral ocorreu depois de um domingo marcado por controvérsia sobre o acesso às urnas. Após relatos de dificuldades de transporte, o ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal, determinou a extensão da votação até as 19h. O alcance foi posteriormente

esclarecido: a prorrogação valeria nas seções ainda abertas, sem reabertura das urnas já encerradas.

A divulgação da apuração foi interrompida e retomada após as 19h. As campanhas haviam apresentado pedidos de ampliação do horário por motivos diferentes, envolvendo transporte e condições climáticas. As ocorrências terão de ser examinadas por seus próprios elementos, sem tratar denúncias como

conclusões sobre os efeitos na votação. Lula venceu a disputa que decidiu quem governará o Brasil. O novo mandato começa em 5 de janeiro de 2027. Até lá, as escolhas de equipe, as negociações partidárias e a apresentação de prioridades vão mostrar como o presidente pretende transformar sua quarta vitória em capacidade de governo. A recuperação eleitoral está confirmada. A sustentação do próximo mandato ainda terá de ser construída.

Flávio Bolsonaro tem 59,66% dos votos em Goiás, contra 40,34% de Lula

Com 99,99% das seções apuradas, candidato do PL soma 2,34 milhões de votos no estado e abre vantagem de 759,7 mil votos sobre o petista

» Andréia Bahia

Flávio Bolsonaro (PL) tem 59,66% dos votos válidos em Goiás no segundo turno da eleição presidencial

de 2026, contra 40,34% de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Com 99,99% das seções eleitorais apuradas, o candidato do PL soma 2.345.247 votos, enquanto o petista registra 1.585.465.

A diferença entre os dois candidatos é de 759.782 votos, equivalente a 19,32 pontos percentuais. Os números mostram a distribuição dos votos válidos no eleitorado goiano na disputa pela Presidência

da República. Flávio ultrapassa a marca de 2,34 milhões de votos no estado, enquanto Lula supera 1,58 milhão. A votação de Goiás integra o resultado nacional do segundo turno, realizado neste domingo (25).

Com a apuração praticamente concluída, os números estaduais permitem dimensionar a diferença entre os dois candidatos no eleitoral goiano. A totalização oficial cabe à Justiça Eleitoral.

Candidato do PL fecha apuração com 62,64% dos votos em Goiânia

Com 100% das seções apuradas, candidato do PL soma 504.281 votos na capital, contra 300.757 de Lula; diferença é de 203.524 votos.

Flávio Bolsonaro (PL) encerrou a apuração do segundo turno da eleição presidencial de 2026 em Goiânia

com 62,64% dos votos válidos. O candidato recebeu 504.281 votos na capital, enquanto Luiz Inácio Lula da Silva (PT) somou 300.757, o equivalente a 37,36%. A totalização chegou a 100% das seções eleitorais.

A diferença entre os dois candidatos foi de 203.524

votos, com vantagem de 25,28 pontos percentuais para Flávio Bolsonaro. O resultado consolida a distribuição dos votos válidos na capital goiana na disputa presidencial deste domingo (25).

O percentual obtido por Flávio em Goiânia ficou acima do registrado no con-

junto de Goiás. No estado, com 99,99% das seções apuradas, ele alcançou 59,66%, enquanto Lula teve 40,34%.

A comparação mostra que o candidato do PL teve desempenho proporcionalmente maior na capital do que no resultado estadual, com uma diferença de 2,98 pontos

percentuais entre os percentuais de votação.

Os números de Goiânia correspondem à votação municipal para presidente da República e não alteram a totalização nacional da eleição, definida pelo conjunto dos votos válidos em todo o país.

Onde Lula e Flávio venceram no segundo turno?

Lula venceu em 13 das 27 unidades da Federação, enquanto Flávio Bolsonaro foi o mais votado nas outras 14. O mapa eleitoral mostra a divisão do país: o petista conquistou os nove estados do Nordeste, além de Amazonas, Amapá, Pará e Minas Gerais. O candidato do PL venceu no Centro-Oeste, com Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, além de estados do Sul, Sudeste e Norte.

O Nordeste foi a principal região de votação de Lula. O presidente alcançou 69,4% dos votos válidos na região, com percentuais que variaram de 60,77% em Alagoas a 75,88% no Piauí.

Também venceu no Norte, onde obteve 50% dos votos válidos, segundo os números apresentados.

Flávio Bolsonaro, por sua vez, venceu em 14 unida-

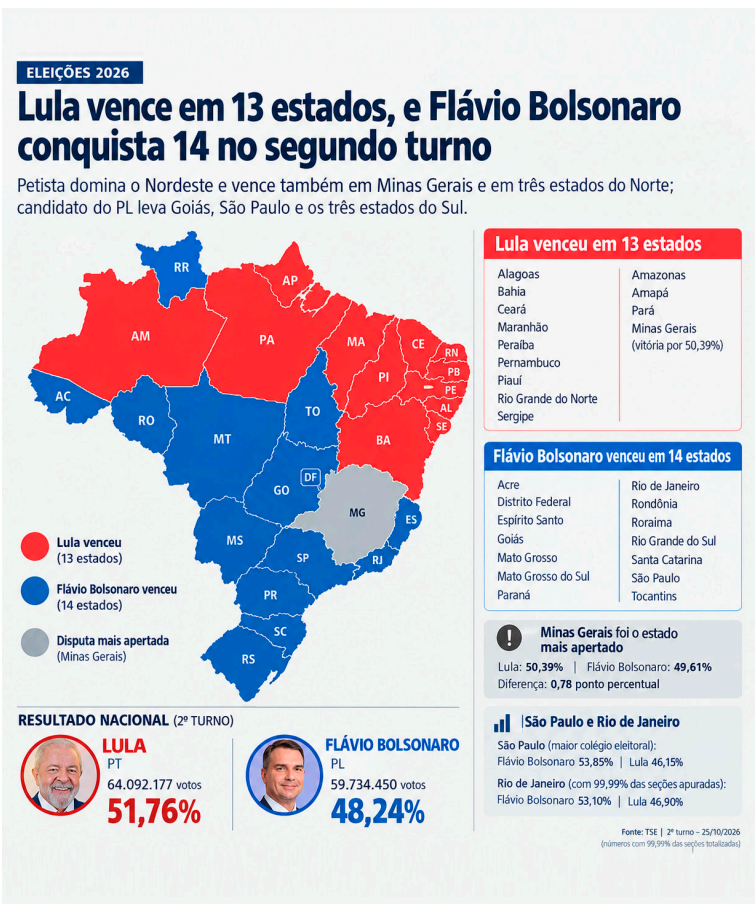
des da Federação: Acre, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

Entre os estados vencidos pelo senador, São Paulo - maior colégio eleitoral do país - registrou 53,85% dos votos para Flávio e 46,15% para Lula. No Rio de Janeiro, o candidato do PL teve 53,10%, contra 46,90% do petista, conforme a apuração informada.

Minas Gerais teve a disputa mais apertada: Lula venceu com 50,39% dos votos válidos, ante 49,61% de Flávio, uma diferença de apenas 0,78 ponto percentual.

Lula avançou em todas as regiões

Apesar de ter vencido em menos estados, Lula au-



mentou sua participação nos votos válidos nas cinco regiões brasileiras em comparação com o primeiro turno. O crescimento foi mais acentuado no Sudeste, onde avançou 7,5 pontos percentuais, e no Centro-Oeste, com alta de 7,4 pontos.

No Sul, o petista cresceu 6,1 pontos percentuais; no Nordeste, 5,6; e no Norte, 5,3. No resultado nacional, passou de 45,2% no primeiro turno para 51,8% no segundo, uma alta de 6,6 pontos percentuais.

Os dados mostram que a ampliação da votação de Lula não se restringiu às regiões em que já tinha maioria. O avanço também ocorreu em regiões nas quais Flávio venceu, embora não tenha sido suficiente para inverter o resultado em estados como Goiás e São Paulo.

Eleições 2026

Lula reeleito terá

Congresso de direita como primeiro desafio

PL será a maior bancada da Câmara e do Senado; propostas do novo mandato dependerão de negociação, orçamento e apoio parlamentar

» Carlos Nathan Sampaio

Com 97,69% das urnas apuradas às 21h09min deste domingo (25), o anúncio foi da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no segundo turno com 51,74% dos votos válidos, contra 48,25% de Flávio Bolsonaro (PL). Reeito pela quarta vez como presidente, o petista terá um novo mandato diante de uma correlação de forças desfavorável no Congresso: a Câmara tem maioria de direita e o PL é a maior bancada; no Senado, o partido do adversário será a força individual mais numerosa. O Orçamento será parte da disputa.

Na Câmara, o PL elegeu 121 dos 513 deputados, enquanto o PT terá 70. A direita somará 303 cadeiras, ante 124 da esquerda e 86 do centro. Isso não significa que o PL controle sozinho a Casa: a bancada não alcança os 257 votos necessários para maioria absoluta. O governo terá de negociar com partidos de centro e do Centrão para formar maiorias em votações específicas.

No Senado, o PL deverá começar 2027 com 28 das 81 cadeiras. A federação União Progressista terá 12, o PT, nove, e o MDB, oito. O PL será a maior bancada da Casa,



Foto: Ricardo Stuckert

Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante ato de campanha no Rio de Janeiro: o evento "Lula em São Paulo: O Brasil Pronto Pra Mais", realizado na Avenida Paulista, São Paulo (SP).

mas não terá maioria sozinho. Também cabe ao Senado aprovar indicações ao STF e votar propostas de emenda à Constituição.

Promessas passam por etapas diferentes

O plano registrado no Tribunal Superior Eleitoral prevê medidas em trabalho, educação, saúde, segurança e economia. Algumas podem ser encaminhadas pelo Executivo, com previsão orçamentária;

outras precisam de aprovação legislativa. Entre as propostas trabalhistas estava o fim da escala 6x1 e a jornada de 40 horas semanais. O Congresso promulgou a Emenda Constitucional 141 em 16 de outubro; a regra começa a valer em 16 de dezembro, com redução inicial para 42 horas e chegada às 40 horas em dezembro de 2027. Portanto, se reeleito, Lula terá de executar uma mudança já aprovada, enquanto a regulamentação do trabalho por

aplicativos, também prevista no programa, ainda dependerá de negociação legislativa.

Na educação, Lula prometeu ampliar o Pé-de-Meia para estudantes universitários. Será preciso definir critérios de acesso e fonte de recursos, além de prever a despesa no Orçamento. Na segurança, o plano prevê criar um Ministério da Segurança Pública e ampliar a coordenação da União com estados e municípios. A criação do ministério

depende do Executivo; re-passes exigirão verba e, conforme o desenho, aval do Congresso. Outra promessa de campanha é a tarifa zero no transporte coletivo aos fins de semana. Lula disse que enviaria uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e propôs destinar parte das emendas parlamentares ao financiamento. A proposta exigiria negociação com deputados e senadores porque envolve recursos sob controle do Congresso e sistemas de transporte de estados e municípios. PECs precisam ser aprovadas em dois turnos em cada Casa, com três quintos dos votos: 308 deputados e 49 senadores.

A promessa de ampliar a tributação sobre altas rendas também dependerá do Legislativo caso exija mudanças em impostos. Já a continuidade de programas sociais e o reajuste real do salário mínimo terão de caber no Orçamento e nas regras fiscais. Emendas parlamentares obrigatórias limitam a margem de decisão do Executivo sobre gastos, e a proposta de reservar parte delas à tarifa zero pode ser um primeiro teste da relação com o Congresso. A disputa não será apenas sobre aprovar projetos, mas também sobre quem define a aplicação de recursos públicos.

Indicações ao STF exigirão apoio no Senado

O Supremo começa o próximo mandato com uma cadeira vaga desde a aposentadoria de Luís Roberto Barroso. Em abril, o Senado rejeitou a indicação de Jorge Messias por 42 votos a 34. Se reeleito, Lula poderá enviar outro nome. A Constituição exige que o indicado tenha mais de 35 e menos de 70 anos, notável saber jurídico e reputação ilibada. Depois de sabatina na Comissão de Constituição e Justiça, a indicação precisa de ao menos 41 votos favoráveis no plenário. A nomeação presidencial, portanto, não garante a posse.

Outras três aposentadorias compulsórias são previstas até 2030: Luiz Fux, em 2028; Cármen Lúcia, em 2029; e Gilmar Mendes, no fim de 2030. Se o calendário se mantiver, Lula poderá indicar nomes para até quatro vagas durante o mandato, sempre sujeitos ao aval do Senado. Lula afirmou que pretende criar um conselho técnico para sugerir nomes, sem substituir a prerrogativa presidencial de indicar nem o poder do Senado de aprovar ou rejeitar.

A rejeição de Messias mostrou que a negociação

começa antes da sabatina, na relação com a presidência do Senado, líderes partidários e integrantes da CCJ. Uma nova indicação pode se tornar uma das primeiras provas de articulação do governo, sobretudo porque a vaga está aberta e o PL terá bancada ampliada na Casa. Lula terá de buscar apoio sem a garantia de que acordos partidários se convertam em votos favoráveis.

Governabilidade será construída voto a voto

A vitória presidencial não altera o Congresso eleito

no primeiro turno. Lula assumiria diante de uma oposição numerosa, do PL fortalecido e de partidos de centro com poder de negociação. Para aprovar projetos de lei, o Planalto precisará reunir maioria em cada pauta; para mudanças constitucionais, a barreira é maior. A relação com os presidentes das duas Casas, a composição de comissões, a execução do Orçamento e a negociação de emendas estarão entre as prioridades do início do mandato.

As promessas não entram todas em vigor auto-

maticamente com a reeleição. Benefícios que dependem de orçamento podem ser escalonados; mudanças trabalhistas e tributárias terão de passar pelo Congresso; a tarifa zero dependerá de uma PEC e de acordo sobre financiamento. No STF, cada indicação precisará de maioria absoluta no Senado. O novo mandato começaria, assim, com uma agenda extensa e instrumentos presidenciais relevantes, mas sujeito a limites institucionais que obrigam o governo a negociar para transformar propostas em decisões.

Eleições 2026

Judicialização eleitoral cresce 217% e expõe limites da atuação do TSE

Advogado constitucionalista questiona a capacidade do Judiciário de arbitrar o debate político e alerta para riscos à liberdade de expressão e à credibilidade da Justiça Eleitoral

» Carla Borges

O número de ações apresentadas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nos nove primeiros dias após o primeiro turno das eleições de 2026 cresceu 217,65% em relação ao mesmo período de 2022. Foram 162 processos de representação e direito de resposta, contra 51 há quatro anos. A escalada de disputas judiciais entre as campanhas de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL) reacende o debate sobre os limites da intervenção da Justiça Eleitoral no discurso político, especialmente nas redes sociais.

Para o advogado Antonio Carlos Freitas Júnior, doutor em Direito Constitucional pela Universidade de São Paulo (USP), o aumento expõe uma dificuldade estrutural do Judiciário para arbitrar conflitos re-

lacionados à disputa política. “A tutela jurisdicional da política é um terreno pantanoso para o qual o Judiciário não está preparado e nunca estará. Não por deficiência de seus ministros, mas por uma limitação de natureza”, afirma.

Na avaliação do especialista, o modelo judicial, baseado em partes, provas e decisões, não foi concebido para definir os limites do debate político. A velocidade das redes sociais agrava o problema: enquanto publicações alcançam milhares de pessoas em segundos, uma decisão pode levar dias, quando seus efeitos eleitorais já se consumaram.

As campanhas, argumenta, também passaram a incorporar as representações à estratégia eleitoral. “Cada decisão alimenta a próxima ação, e esse salto é o retrato disso”, diz. O resultado é um ciclo de acusações e medidas judiciais que

pode ampliar a polarização e transferir aos tribunais decisões sobre o conteúdo da disputa entre candidatos.

Autocontenção

Freitas Júnior defende que a Justiça Eleitoral adote critérios mais restritos para intervir nas publicações. Isso não significa omissão diante de irregularidades, mas concentração da atuação em violações concretas de direitos, como crimes contra a honra, montagens que atribuam falsamente declarações a candidatos e informações fraudulentas sobre os procedimentos de votação.

Já opiniões, interpretações de fatos e exageros retóricos deveriam permanecer sob o julgamento dos eleitores. Quando houver necessidade de intervenção, o advogado considera preferível o direito de resposta à retirada de conteúdo. “O instrumento preferencial deve ser o di-

reito de resposta, que acrescenta informação, e não a remoção, que suprime”, argumenta.

O episódio do canal de WhatsApp “Exército do Lula”, administrado pelo deputado André Janones (Rede-MG), exemplifica as controvérsias. O canal foi suspenso por decisão do presidente do TSE, ministro Kassio Nunes Marques, e posteriormente restabelecido. O caso gerou divergências dentro da própria Corte sobre competência e procedimento. Às vésperas das eleições, o Exército do Lula continuou suscitando discussões e dividindo os ministros da Corte.

Poder regulamentar

Outro ponto de preocupação é o alcance do poder regulamentar do TSE. A Constituição atribui à União a competência para legislar sobre direito eleitoral, enquanto o artigo 105 da Lei das Eleições autoriza o tribunal a expedir instruções para executar a legislação, sem restringir direitos ou criar sanções não previstas em lei.

Para o constitucionalista, a criação de regras por resolução não pode substituir o debate parlamentar nem ultrapassar os limites legais. Ele também invoca a vedação constitucional à censura política e ideológica.

O desafio tende a crescer com o uso de inteligência

artificial e novas formas de disseminação de conteúdo. Freitas Júnior alerta que, ao assumir o papel de árbitro do discurso político, a Justiça Eleitoral corre o risco de ser vista como parte interessada por parcelas do eleitorado.

“O risco maior é o desgaste respingar no que a Justiça Eleitoral faz de melhor, que é organizar e apurar eleições com credibilidade”, afirma. Como alternativa, defende que as restrições ao discurso sejam definidas por meio de leis debatidas publicamente e aprovadas pelo Congresso, com legitimidade democrática.



O risco maior é o desgaste respingar no que a Justiça Eleitoral faz de melhor, que é organizar e apurar eleições com credibilidade

Antonio Carlos Freitas Júnior, doutor em Direito Constitucional pela Universidade de São Paulo (USP),

Disputa judicial continua às vésperas do segundo turno

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Kassio Nunes Marques, deu prazo de 24 horas para que a Meta apresente um relatório técnico sobre o canal de WhatsApp “Exército do Lula”, administrado pelo deputado André Janones (Rede-MG). A decisão atende a pedido da campanha de Flávio Bolsonaro (PL) e busca apurar possíveis ações coordenadas e mecanismos de amplificação artificial de conteúdos. Google e X também deverão in-

formar se identificaram movimentações coordenadas de termos e hashtags.

A determinação ocorre em meio à escalada de disputas judiciais.

O TSE con-

tabilizou 804 ações relacionadas à disputa presidencial em 2026, aumento de 147,4% em relação a 2022, quando foram registrados 325 processos. O número supera também o total de 2018, que teve 416 ações.

Dos processos deste ano, 729 tratam de propaganda eleitoral, 90,6% do total. Os registros relacionados à desinformação chegaram a 264, alta de 66% sobre os 159 contabilizados em 2022.

Polêmica em torno do canal

O “Exército do Lula” foi suspenso por decisão de Nu-

nes Marques após pedido da campanha de Flávio. A medida foi posteriormente revista, e o canal voltou a funcionar após o cumprimento de exigências de registro eleitoral. O caso gerou questionamentos sobre os limites da intervenção judicial em canais de comunicação política.

Uma análise técnica do tribunal não encontrou, nas publicações examinadas, as afirmações falsas específicas investigadas no processo, embora tenha apontado linguagem polarizadora e atuação coordenada na disseminação de conteúdo.

A campanha de Flávio acusa o grupo de organizar ações para manipular algoritmos e impulsionar mensagens. Já a campanha de Lula acusou a Meta, responsável por Face-

book, Instagram e WhatsApp, de favorecer conteúdos ligados ao adversário. A empresa negou interferência e atribuiu alterações nas visualizações a uma falha técnica global.

Minuta

A controvérsia inclui uma minuta de resolução elaborada pelo ministro André Mendonça, do TSE, que propunha bloquear canais políticos de grande alcance no WhatsApp a 48 horas da votação. Segundo informações da imprensa, a medida atingiria tanto o “Exército do Lula” quanto o “Tropa do Flávio”, ligado a apoiadores do candidato do PL. Mendonça afirmou que a proposta foi discutida com outros ministros.

A sequência de decisões alimentou críticas de integrantes do PT, que apontam tratamento desfavorável à campanha de Lula. Nunes Marques foi indicado ao Supremo Tribunal Federal pelo então presidente Jair Bolsonaro, em 2020.

Foto:Alberto Ruy/Secom/TSE



TSE recebe avalanche de ações judiciais no segundo turno das eleições

Saúde

Após mudança no modelo de gestão, maternidades municipais fazem 376 mil atendimentos em um ano

Organizações sociais assumiram a gestão das unidades, implantaram novos serviços e ampliaram a oferta de atendimentos à população em até 87,5% em relação ao ano passado

» Da Redação

As três maternidades municipais de Goiânia realizaram 375.982 atendimentos em um ano, após a Prefeitura de Goiânia, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), alterar o modelo de gestão das unidades. O Hospital e Maternidade Dona Iris, Hospital Municipal da Mulher e Maternidade Célia Câmara e a Maternidade Nascer Cidadão são referência nos serviços de saúde para gestantes, mães e recém-nascidos, e o crescimento chega a quase 90%.

O novo modelo de gestão iniciou em setembro de 2025 e, em um ano, a Dona Iris registrou 307.097 atendimentos, entre consultas, partos, exames e atendimentos de urgência e emergência. O volume é 44,3% maior que os 212.866 realizados em 2024. Na Nascer Cidadão, foram realizados 27.641 atendimentos, ante

17.857 entre setembro de 2024 e agosto de 2025, um aumento de 54,8%. Já na Célia Câmara, o número passou de 21.987 atendimentos, entre fevereiro e agosto de 2025, para 41.244 após a mudança de gestão, um crescimento de 87,58%.

“Implantamos novos serviços, garantimos segurança para os colaboradores e fornecedores e colocamos como meta prioritária dar uma atenção humanizada e personalizada para as mulheres que buscam por saúde em nossa unidade”, garante a enfermeira Ana Carolina Garcia, diretora-geral do HMDI.

Com todos os leitos funcionando, reformas na estrutura física das unidades, equipamentos renovados e a chegada de novos materiais para auxiliar os serviços de saúde, as três maternidades registraram aumentos em todos os indicadores. A Maternidade Nascer Cidadão, por exemplo, saltou de 11 em 2024 para 198

cirurgias eletivas, após o novo modelo de gestão assumir o serviço, e as consultas com mastologista subiram de 1.626 para 2.794 no mesmo período.

A diretora da Maternidade Dona Iris, Ana Carolina Garcia, cita como ponto máximo a implantação de cirurgias por videolaparoscopia; uma

sala de parto humanizado com cromoterapia e banheira. “Somente partos cirúrgicos (cesáreos) tivemos um aumento de 1.071 para 2.768 nesse período”, destaca.

Na Maternidade Célia Câmara a realidade é igualmente positiva nos serviços prestados. O diretor da unidade, Éverton Beggato cita entre as inovações de atendimento a humanização como pontos altos na retomada da avaliação positiva da unidade. “Hoje temos uma maternidade funcionando plenamente, com uma estrutura física digna de todos os elogios e um corpo clínico que se preocupa com cada paciente de forma individualizada”, comenta.

As maternidades municipais representam ainda o principal suporte de atendimento

para as mulheres na Região Metropolitana de Goiânia e são acessadas por pacientes de todo o estado, país e até de outros países. Somente a Maternidade Dona Iris foi buscada por mais de 500 mulheres de outras nacionalidades desde agosto do ano passado. Egípcias, sudanesas, latino-americanas e até de países da Europa buscaram atendimento de urgência na unidade.

“Os avanços no número de atendimentos demonstram a importância de investir na organização dos serviços e na ampliação da capacidade assistencial da rede munici-



Maternidades municipais ampliaram a oferta de serviços e registraram 375.982 atendimentos entre setembro de 2025 e setembro de 2026



Fotos: Joabe Mendonça

pal. Cada melhoria representa novas possibilidades de acesso para a população, contribuindo para que mais mulheres, gestantes e recém-nascidos recebam o cuidado de que precisam”, destaca Tulyanne Alves, da Gerência de Atenção Especializada da SMS.

Prefeitura inaugura USF do Vale dos Sonhos com capacidade para 3 mil atendimentos mensais

Moradores do Residencial Vale dos Sonhos e de bairros da Região Norte de Goiânia passam a contar com uma nova estrutura de atendimento na rede municipal de saúde. Inaugurada na quarta-feira (21/10) pelo prefeito Sandro Mabel, a Unidade de Saúde da Família (USF) do setor tem capacidade para atender cerca de 3 mil pacientes por mês, com consultas médicas, atendimento odontológico, vacinação, exames e outros serviços da Atenção Primária.

Durante a inauguração, o prefeito Sandro Mabel destacou a importância de ampliar a rede de unidades de saúde e aproximar os serviços da população, acompanhando o crescimento da cidade. Segundo ele, muitas unidades foram construídas há décadas, quando Goiânia tinha uma configuração urbana diferente da atual. “Hoje

nós estamos levando elas mais para próximo da população. É esse trabalho que nós estamos fazendo todos os dias”, afirmou.

Com 750 metros quadrados de área construída, a USF conta com cinco consultórios convencionais, dois consultórios com banheiro anexo e três consultórios odontológicos.

A estrutura também dispõe de salas de vacinação, coleta de exames preventivos, curativos, procedimentos e observação, além de farmácia, triagem, espaço para atividades coletivas, áreas administrativas e ambientes de apoio.

Os atendimentos começaram na quarta-feira (21/10), e

acontecem de segunda a sexta-feira, das 7h às 18h. A unidade foi projetada para reduzir a procura por unidades de urgência e emergência em situações que podem ser resolvidas na Atenção Primária.

A equipe é composta por quatro médicos generalistas e três profissionais de enfermagem. Também foi autorizada a implantação de uma quarta equipe de Saúde da Família para reforçar a assistência na região.

Obra retomada

A construção da USF começou em fevereiro de 2023, mas foi paralisada em dezembro de 2024. Os trabalhos foram retomados em junho de 2025 e concluídos em 2026. O investimento total foi de R\$ 3.117.036,51. Parte dos recursos veio de emendas parlamentares. O vereador Sargento Novandir destinou R\$ 659.061,32,

enquanto o vereador Thialu Guiotti destinou R\$ 499.812,33.

Mabel também informou que a unidade integra o planejamento municipal de construção de 32 novas unidades de atendimento, projetos em fase de licitação e outras iniciativas em diferentes etapas de implantação. O planejamento municipal inclui ainda oito novas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs).

Nova estrutura

A USF do Residencial Vale dos Sonhos substituiu o atendimento realizado em um imóvel alugado. Segundo o vereador Sargento Novandir, o espaço anterior apresentava problemas de acessibilidade e condições inadequadas para receber os pacientes. “Hoje nós temos esse benefício, essa melhoria para a nossa região”, afirmou o vereador.



Prefeitura inaugura USF do Vale dos Sonhos com capacidade para 3 mil atendimentos mensais

Foto: Divulgação/SMS

GOIÂNIA 93 ANOS

INFORME PUBLICITÁRIO



Governo de Goiás impulsiona novo ciclo de desenvolvimento em Goiânia

MAIS ESTRUTURA Governo amplia investimentos e capital ganhará novo Hospital de Urgências em 2027; transporte público passa por reestruturação e cidade avança na criação do Distrito de Inovação e Inteligência Artificial

Goiânia completa 93 anos neste 24 de outubro com mais de R\$ 3,8 bilhões em investimentos do Governo de Goiás em obras e projetos estratégicos que modernizam a capital e melhoram a qualidade de vida da população.

A cidade está mais segura, ganhou um transporte público moderno e voltou ao cenário internacional de grandes eventos com a MotoGP. Os avanços continuam com o Novo Hospital de Urgências de Goiás (Hugo), a modernização do Complexo Serra Dourada e a criação do Distrito de Inovação.

Projetado para ser referência nacional em atendi-

mento público de saúde, o Novo Hugo começa a funcionar em 2027, ampliando a capacidade de atendimento de urgência e emergência em Goiás. A unidade terá 531 leitos e 20 salas cirúrgicas, com metade das acomodações em apartamentos individuais. O atual prédio do Hugo será reformado para abrigar o Hospital da Mulher e Maternidade de Alto Risco.

O investimento se soma ao Complexo Oncológico de Referência do Estado de Goiás (Cora), que em um ano realizou mais de 7 mil consultas, 3,6 mil sessões de quimioterapia e 2,1 mil cirurgias, garantindo atendimento especializado a crianças com câncer.



GOV. DE
GOIÁS
O ESTADO QUE DÁ CERTO

MotoGP movimenta R\$ 1,2 bilhão

O Autódromo Internacional Ayrton Senna está pronto para receber a MotoGP em 2027. Após o sucesso da edição deste ano, que movimentou mais de R\$ 1,2 bilhão na economia local, Goiânia se prepara para receber outras quatro edições da maior competição do motociclismo mundial.

A capital também avança na modernização do Complexo Serra Dourada, que passa por uma ampla reestruturação, com mais de R\$ 400 milhões em investimentos privados.

Transporte público renovado

Com mais de R\$ 2,1 bilhões investidos, o Governo de Goiás ampliou a qualidade do transporte público da Grande Goiânia. São 1,5 mil novos ônibus, reformas de terminais e estações. Tudo isso com a passagem congelada em R\$ 4,30 desde 2019.

São seis terminais modernizados, 19 estações revitalizadas e 4.166 abrigos de ônibus previstos, além das 28 estações e 60 veículos já entregues ao BRT Norte-Sul. Mais tecnologia e eficiência para melhorar o dia a dia dos goianienses.



Distrito de Inovação gera empregos de alto valor

Com investimento de R\$ 300 milhões, o Distrito de Inovação e Inteligência Artificial (GO.IA) está em construção em uma área de 91 hectares, no Setor Leste Universitário. O projeto vai transformar a região em um polo de pesquisa, tecnologia e desenvolvimento, com previsão de gerar 1,4 mil empregos de alta qualificação e oferecer 1,5 mil bolsas de capacitação profissional.

O GO.IA é a porta de entrada de Goiânia na economia do conhecimento.

Segurança ganha reforço da IA

Goiânia se consolidou como uma das cidades mais seguras do Brasil. A atuação das forças policiais acaba de ganhar reforço da 'IA Contra o Crime', sistema implantado pelo Estado que utiliza câmeras inteligentes e mo-

nitoramento em tempo real para identificar suspeitos, rastrear veículos e acelerar investigações.

A tecnologia já contribuiu para o esclarecimento de 3 mil ocorrências, reforçando a tranquilidade da população.



Mobilidade

Daniel Vilela lança sistema para agilizar transporte coletivo e entrega nove ônibus

BRS será implantado inicialmente na Avenida T-63, em Goiânia, com previsão de faixas exclusivas, semáforos sincronizados e viagens até 30% mais rápidas

» Da Redação

O governador Daniel Vilela lançou, nesta sexta-feira (23/10), o Bus Rapid Service (BRS), novo padrão de transporte público coletivo que será implantado inicialmente na Avenida T-63, em Goiânia. O projeto prevê faixas exclusivas para ônibus nas principais vias da capital, com o objetivo de aumentar em cerca de 30% a velocidade dos coletivos, reduzir atrasos e tornar as viagens mais regulares e previsíveis. Durante a solenidade, também foram entregues nove ônibus de piso baixo que passarão a integrar a operação do sistema.

O BRS faz parte do conjunto de investimentos do Governo de Goiás na reestruturação do transporte coletivo da Grande Goiânia, em parceria com a Rede Metropolitana de Transporte Coletivo (RMTTC) e prefeituras. Os aportes já ultrapassam R\$ 2,1 bilhões e contemplam renovação da frota, modernização de terminais, recuperação de estações e ampliação da infraestrutura, além de melhorias na fluidez do trânsito com o uso de sistemas inteligentes.



Daniel Vilela lança novo padrão de transporte coletivo em Goiânia e amplia modernização da frota

“O Estado vem arcando, ao longo dos últimos anos, com a maior parte dos recursos destinados aos investimentos na Região Metropolitana, em parceria com as prefeituras de Goiânia, de Aparecida e demais que integram essa rede. Seguiremos trabalhando no projeto de revitalização do sistema, que já ultrapassou 70% de execução”, disse o governador. “Vamos continuar avançando para que Goiás, Goiânia e a Região Metropolitana se consolidem cada vez mais como referência nacional em transporte coletivo”, completou Daniel.

Os investimentos públicos também contribuem para manter a tarifa do transporte coletivo em R\$ 4,30, valor congelado desde 2019. “Não estamos discutindo nenhum



Vamos continuar trabalhando nos próximos anos para que possamos substituir rapidamente toda a frota de ônibus da Região Metropolitana

*Daniel Vilela,
Governador de Goiás*

reajuste. Essas ações fazem parte do planejamento e dos investimentos que foram acordados

ao longo dos últimos anos”, assegurou Daniel. “Vamos continuar trabalhando nos próximos anos para que possamos substituir rapidamente toda a frota de ônibus da Região Metropolitana”, acrescentou.

Funcionamento

Na configuração do BRS prevista para Goiânia, a faixa da direita será destinada à circulação de ônibus, motocicletas, ambulâncias e viaturas policiais, com fiscalização para coibir o uso irregular por outros veículos. No corredor da Avenida T-63, os semáforos dos cruzamentos serão sincronizados e controlados em tempo real, com o objetivo de melhorar a fluidez e reduzir o tempo de deslocamento. O planejamento também prevê a expansão do BRS para outras vias, como as avenidas Castelo Branco e 85.

“Daniel está dando um impulso ainda maior a esse projeto e pediu que acelerássemos os trabalhos. O objetivo do governador, e também o nosso, é fazer com que o transporte público seja prioridade”, afirmou o prefeito de Goiânia, Sandro Mabel. Segundo ele, essa ação já contribui para aumentar o número de passageiros. “E vai crescer ainda mais. A pessoa

não terá motivo para usar carro ou moto, se perceber que é muito mais fácil utilizar o transporte coletivo”, pontuou.

Frota

Com os nove veículos entregues durante a solenidade, a frota inicial do BRS será composta por 15 ônibus. Os outros seis veículos têm previsão de entrega até dezembro. Diferentemente dos coletivos convencionais da RMTTC, os ônibus do novo sistema são identificados pela cor prata e têm maior capacidade de passageiros. Os veículos foram projetados para oferecer mais conforto, acessibilidade e eficiência. Contam com ar-condicionado, motor traseiro, motorização compatível com o padrão de emissões Euro 6 e piso baixo, característica que facilita o embarque e o desembarque dos passageiros.

“Acabamos de conhecer uma nova tipologia de veículo e isso é uma grande inovação para nossa região. Traz conforto, acessibilidade, um ônibus com tantas características importantes, impactantes positivamente na vida das pessoas”, salientou o diretor executivo do RedeMob Consórcio, Leomar Avelino Rodrigues.

O projeto do BRS na Avenida T-63 também prevê abrigos com iluminação de LED, painéis fotovoltaicos para garantir a iluminação durante a noite e câmeras com recursos de identificação por inteligência artificial. Os equipamentos integram a estratégia de ampliar a segurança e a proteção dos passageiros nos pontos de parada.

Autódromo recebe competição que reunirá pilotos de 25 países em Goiânia

O governador Daniel Vilela lançou, nesta sexta-feira (23/10), a segunda edição do FIM Intercontinental Games Goiás, marcada para os dias 11 a 13 de dezembro, no Autódromo Internacional de Goiânia Ayrton Senna. A competição reunirá 72 pilotos de 25 países, de cinco continentes, em provas de motociclismo e motocross. “Esse tipo de evento é um importante vetor de desenvolvimento econômico e social da nossa cidade e do nosso estado. Estamos preparados para receber as pessoas e promover grandes eventos, com segurança e infraestrutura”, declarou o chefe do Executivo goiano.

Durante o lançamento, o governador defendeu que a realização de competições internacionais contribui para movimentar a economia e pro-

jetar Goiás no cenário mundial. Como exemplo, mencionou o sucesso da etapa brasileira de MotoGP, realizada em abril deste ano em Goiânia. A edição atraiu cerca de 150 mil pessoas, entre turistas nacionais e estrangeiros, e movimentou mais de R\$ 1 bilhão, segundo levantamento da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A etapa goiana está confirmada no calendário pelos próximos quatro anos.

Daniel Vilela também destacou os investimentos do Governo de Goiás em infraestrutura para consolidar Goiânia como sede de grandes eventos esportivos e culturais no circuito internacional. “Temos o melhor autódromo da América Latina. Não estou dizendo isso por ufanismo: são palavras de especialistas, como o presidente da Fórmula Indy, que veio conhecer o autódromo e decla-

rou que, de fato, este é o melhor autódromo da América Latina”, afirmou ao lado do ex-governador Ronaldo Caiado.

Organizado pela Federação Internacional de Motociclismo (FIM), o Intercontinental Games chega à segunda edição após a realização da primeira, em 2024, em Jerez de la Frontera, na Espanha. Nesta edição, o público poderá acompanhar as provas de motociclismo na pista do autódromo e as disputas de motocross em uma estrutura montada em área anexa ao complexo.

O secretário-geral de Governo, Gean Carvalho, falou da importância da realização de competições internacionais para a economia local. “Evento não é só entretenimento. Evento é desenvolvimento, emprego e renda. É com esse enfoque que o governador Daniel pen-



Daniel Vilela anuncia competição internacional de motociclismo e motocross, que será realizada em dezembro, em Goiânia

sa, promovendo um calendário que cresce a cada dia, para que Goiás tenha eventos de janeiro a janeiro, trazendo progresso e renda para o estado”, afirmou.

Na véspera do aniversário de 93 anos da capital, celebrado neste sábado (24/10), o prefeito Sandro Mabel defendeu a capacidade de Goiânia para sediar eventos e a parceria entre o município e o Estado na organização. “Junto com o governo estadual, temos toda uma estrutura de segurança, acolhimento e transporte. Somos uma cidade capaz de re-

ceber eventos de 100 mil, 200 mil ou até 300 mil pessoas, hoje com cada vez mais tranquilidade”, disse.

Também presente no evento, o subsecretário de Esporte e Lazer, Nilton Moreira, destacou a recente modernização do complexo. “Temos um equipamento com condições de sediar grandes eventos. Já recebemos a MotoGP e, agora, estamos anunciando mais um evento internacional, coroando os grandes investimentos realizados pelo Estado de Goiás”, afirmou.

ESCOLA

Diagnóstico

Goiás perde posições em indicadores de equidade racial na educação, enquanto estudantes cobram melhoria do ensino

Diagnóstico do MEC mostra recuo das redes municipais goianas no ranking de políticas de educação étnico-racial entre 2024 e 2026. Pesquisa Datafolha encomendada pelo Todos Pela Educação aponta que melhorar o ensino e a aprendizagem é a principal prioridade dos estudantes para os próximos governos.

» Dhayane Marques

A melhoria do ensino e da aprendizagem está entre as principais demandas dos estudantes da rede pública brasileira. Ao mesmo tempo, dados do Ministério da Educação (MEC) mostram que as redes municipais de Goiás perderam posições em indicadores relacionados à implementação de políticas de educação para as relações étnico-raciais entre 2024 e 2026. O cruzamento dos levantamentos coloca em discussão os desafios para garantir uma educação de qualidade que também considere as desigualdades raciais.

Na pesquisa “O que os estudantes pensam sobre a educação”, realizada pelo Datafolha e divulgada em outubro de 2026 em parceria com o Todos Pela Educação e outras organizações, 70% dos entrevistados avaliaram a escola onde estudam como ótima ou boa. Quando questionados espontaneamente sobre o que o próximo governador deveria mudar nas escolas públicas, melhorar o ensino e a aprendizagem apareceu como a principal prioridade.

O levantamento ouviu 5.296 estudantes de 12 a 21 anos matriculados no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio da rede pública estadual. As entrevistas ocorreram entre 28 de maio e 13 de julho de 2026. No recorte estadual, Goiás aparece entre as oito unidades da Federação analisadas, com cerca de 73% dos estudantes avaliando a escola onde estudam como ótima ou boa. Apesar da percepção positiva, o levantamento nacional aponta demandas por melhorias no ensino, na atuação dos professores e na infraestrutura escolar.

Redes municipais de Goiás perdem posições

No Diagnóstico Equidade, instrumento do MEC que acompanha a implementação de políticas de Educação para as Relações Étnico-Raciais (Erer) e Educação Escolar Quilombola (EEQ), Goiás passou da 8ª para a 15ª posição no índice geral de Erer entre 2024 e 2026, considerando a comparação entre as redes municipais das unidades da Federação.

A queda de sete posições também aparece nas dimensões específicas do indicador. Em financiamento, Goiás

saiu do segundo lugar, em 2024, para o 14º, em 2026. Em avaliação e monitoramento, passou da terceira para a 13ª posição. No indicador de materiais didáticos e paradidáticos, recuou do sexto para o 15º lugar.

A institucionalização das políticas também perdeu posições, da 15ª para a 21ª colocação. Em formação, o estado passou do 12º para o 19º lugar. Já na dimensão de gestão, caiu da nona para a 13ª posição.

Os resultados indicam perda relativa de posição das redes municipais goianas nas dimensões avaliadas. Entretanto, a classificação, isoladamente, não permite concluir que houve redução efetiva do financiamento, interrupção de programas ou piora absoluta em todos os indicadores. Para isso, é necessário analisar as pontuações de cada dimensão e as condições de participação das redes nas duas edições.

Qualidade do ensino e equidade

A pesquisa do Datafolha ajuda a dimensionar as expectativas dos estudantes em relação ao cotidiano escolar. Entre os entrevistados que afirmaram que os professores



Foto: © Joédson Alves/Agência Brasil

A queda de 12 posições sinaliza perda relativa de espaço de Goiás em comparação com outros estados

explicam bem os conteúdos, 75% avaliaram a escola como ótima ou boa. Entre aqueles que disseram que os docentes não explicam bem, o percentual foi de 48%.

O levantamento também identificou problemas que afetam a experiência escolar. A indisciplina em sala de aula foi o principal problema apontado pelos estudantes, seguida por questões como bullying, humilhação e dificuldades relacionadas à infraestrutura e aos equipamentos. Além disso, 36% disseram ter pensado em parar de estudar nos seis meses anteriores à entrevista.

Embora os dados não permitam estabelecer uma relação direta entre esses problemas e os indicadores de equidade racial, os resultados reforçam a

importância de analisar a qualidade da oferta educacional em suas diferentes dimensões. A garantia de aprendizagem envolve condições de ensino, presença de professores, materiais adequados e ambientes escolares seguros e inclusivos.

Nesse contexto, as políticas de educação étnico-racial constituem uma dimensão da gestão educacional. Elas envolvem, entre outros aspectos, formação dos profissionais, currículo, materiais didáticos, financiamento e mecanismos de avaliação. A implementação dessas medidas precisa ser acompanhada por informações capazes de revelar se os recursos e as oportunidades chegam de maneira adequada aos diferentes grupos de estudantes.

Diagnóstico não mede diretamente a aprendizagem

Criado em 2024, o Diagnóstico Equidade registrou, na edição de 2026, a participação de 97% das redes municipais e de 100% das redes estaduais. O instrumento reúne informações sobre as condições institucionais das secretarias de educação e as ações adotadas para implementar as políticas de Erer e EEQ.

O próprio MEC ressalta, porém, que o diagnóstico não mede diretamente os efeitos dessas iniciativas na aprendizagem nem permite concluir, isoladamente, que as desigualdades educacionais foram reduzidas.

Por isso, o acompanhamento deve ser complementado por dados produzidos pelas redes de ensino, especialmente informações de raça e cor dos estudantes e indicadores sobre infraestrutura, bibliotecas, materiais pedagógicos e distribuição de profissionais. Esse cruzamento permite investigar como as condições de oferta educacional se dis-

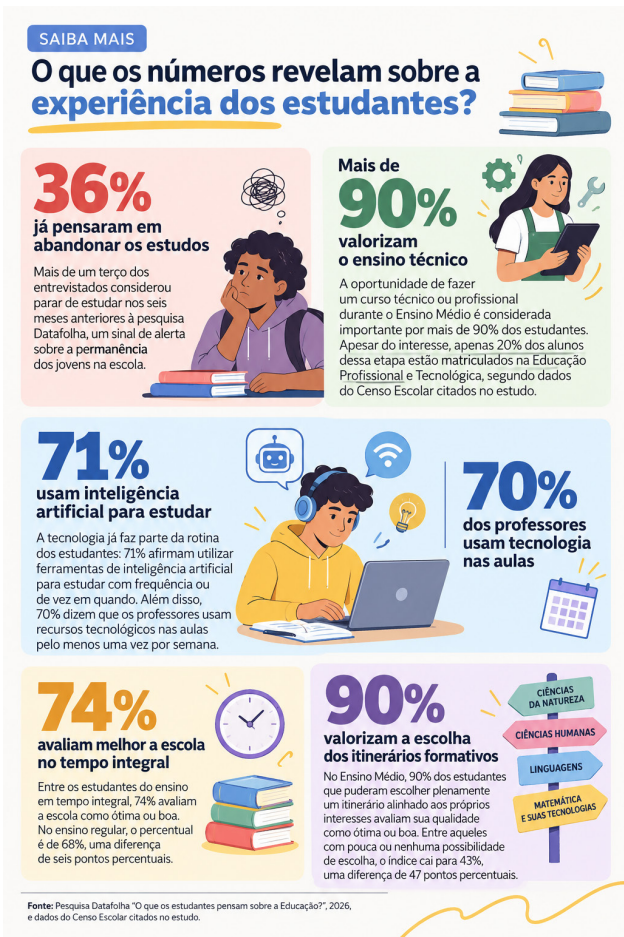
tribuem entre diferentes grupos.

No caso de Goiás, os resultados do diagnóstico apontam a necessidade de aprofundar a análise sobre a implementação das políticas nas redes municipais. A perda de posições em financiamento, formação, materiais didáticos e monitoramento oferece caminhos para a apuração, mas não esclarece, por si só, quais fatores explicam a mudança no ranking.

O desafio de transformar políticas em resultados

Os dois levantamentos observam aspectos diferentes da educação. Enquanto o Datafolha registra as percepções e expectativas dos estudantes da rede pública estadual em âmbito nacional, o Diagnóstico Equidade acompanha condições institucionais das redes de ensino, com recortes estaduais e municipais.

A leitura conjunta não permite afirmar que o recuo de Goiás nos indicadores de Erer te-



nha provocado os problemas relatados pelos estudantes. Permite, contudo, situar a equidade entre os aspectos que precisam ser considerados na discussão sobre qualidade educacional.

Para avançar nessa análise, será necessário conhecer as pontuações absolutas de Goiás, verificar as ações implementadas pelas secretarias municipais e cruzar essas informações com dados de aprendizagem e de desigualdades raciais. A partir desse conjunto, será possível avaliar com maior precisão se as políticas estão chegando às escolas e quais obstáculos ainda limitam sua implementação.

A prioridade apontada pelos estudantes é melhorar o ensino e a aprendizagem. O desafio para as redes públicas é assegurar que esse avanço alcance todos os alunos, com condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem que não dependam de raça, território ou condição social.



Herivelto Nunes

herivelto.nunes.57@outlook.com

Virada histórica na gestão pode levar o Vila à série A

O recente sucesso e o crescimento estrutural do Vila Nova são explicados por uma virada de chave histórica, que uniu a paixão das arquibancadas a uma mentalidade administrativa profissional. Conhecido tradicionalmente como “time do povo”, o clube conseguiu equilibrar sua essência popular com responsabilidade financeira. Antigamente, um ditado popular dizia que se o Vila se organizasse um dia, acabaria. Não é verdade, o Vila se organizou, se estruturou e não acabou,

pelo contrário, está crescendo e muito próximo de chegar à série A do futebol brasileiro.

Historicamente, o clube era conhecido por uma gestão passional que gerava dívidas e contratações impulsivas. Sob a liderança recentes, como a de Hugo Jorge Bravo, a diretoria passou a adotar decisões racionais, focando em manter salários rigorosamente em dia, respeitar o orçamento e criar convicção no projeto esportivo. O Vila realizou um processo severo de organização financeira

para quitar dívidas trabalhistas antigas. Essa estabilidade permitiu ao time competir de forma saudável no mercado de transferências, montando elencos competitivos sem comprometer o futuro da instituição. O clube converteu receitas em patrimônio, realizando melhorias significativas em seu centro de treinamento e modernizando o estádio Onésio Brasileiro Alvarenga, transformando-o em um caldeirão, onde o Vila é difícil de ser batido pelos adversários.

A torcida vilanovense é amplamente reconhecida pela fidelidade e paixão contagiante. Esse forte apoio em massa não apenas impulsiona o time em campo, mas também atrai patrocinadores e serve como um grande diferencial para convencer atletas a jogarem no clube. Grande parte da gestão atual é composta por profissionais que vieram das próprias organizadas



CT do Vila: exemplo de modernização da gestão

e arquibancadas do Vila Nova. Isso criou uma sinergia única, pois os dirigentes compreendem os anseios do torcedor e trabalham com foco no crescimento institucional duradouro e não em ganhos pessoais.

O amadurecimento tático e a garra do elenco se refletiram em desempenhos históricos em clássicos regionais contra rivais como Goiás e Atlético Goianiense, consolidando a

força psicológica e o espírito de decisão do grupo em momentos de alta pressão. A virada histórica na vida do Tigrão está prestes a levar o clube a uma conquista muito sonhada pela torcida, a vaga na elite do futebol brasileiro em 2027. Um caminhão do corpo do Bombeiros já foi disponibilizado pelo Governador Daniel Vilela para o desfile nas ruas de Goiânia, quando o acesso iminente se confirmar.

No Goiás, Michel Alves e Juninho são fatores de harmonia em tempos de crise

Com atraso no pagamento de salários, premiações e direitos de imagem, um treinador que desagrega, o Goiás é uma panela de pressão, pronta a explodir a qualquer momento. Isso ainda não aconteceu graças a dois personagens com liderança positiva, agregadores, que ajudam os que precisam e acalmam os ânimos dos mais exaltados. Nenhum deles entra em campo, pelo menos no momento, mas são excelentes personagens de grupo. Trata-se do Diretor de Futebol Michel Alves e do jogador Juninho, que é reserva, muito pouco aproveitado pelo técnico Mozart Santos.



CT do Goiás, falta de refeitório para os jogadores profissionais

Com uma diretoria ausente, Michel Alves é quem mostra a cara no dia a dia dos jogadores e da comissão técnica. Tenta motivar o elenco, sempre mantém as esperanças de que em breve a situação será normalizada. Juninho é o “pai dos mais necessitados”. Além de não deixar os ânimos dos profissionais se exaltarem, cuida daqueles com os menores salários na área administrativa, ajudando nas necessidades mais imediatas, empresta dinheiro a quem está com dívidas atrasadas e está pronto para ouvir e auxiliar

a todos os que o procuram. São duas almas do bem, que estão prestando um serviço incomensurável ao Goiás, em um momento de grandes dificuldades.

Quem deveria estar fazendo esse papel não o faz. Paulo Rogério Pinheiro, presidente do Conselho Deliberativo do Goiás, não é um dirigente presente, pelo contrário, passa meses sem dar as caras. Não é assim quando a fase é boa. Gosta dos microfones quando o time está ganhando, mas nas derrotas, desaparece. Nenhum outro dirigente dá atenção ao

elenco de jogadores, não viajam com o grupo, que só não se sente totalmente desamparado graças a presença de Michel Alves em todos os momentos da vida do clube. O Atlético Goianiense vive momento semelhante ao que acontece no Goiás, mas por lá, parece não existir figuras com as características de Juninho e Michel Alves para harmonizar o ambiente. As consequências podem ser a permanência do clube na série B, ao lado do Goiás.

Bom de grupo

O volante Juninho é amplamente reconhecido no vestiário do Goiás Esporte Clube como um líder nato e um jogador “bom de grupo”, cuja influência positiva vai muito além das quatro linhas. Mesmo em momentos de cobrança ou quando não é escalado como titular, ele mantém uma postura agregadora que fortalece o elenco. Na vitória contra o São Bernardo assumiu a responsabilidade no vestiário, homenageando o goleiro Tadeu pelos seus 400 jogos com a camisa esmeraldina, cobrando que o time retomasse o protagonismo na série B. Deu fortes preleções cobrando foco e compromisso

com a camisa do Goiás, mesmo em períodos com salários e premiações atrasadas, pedindo a parceria de todos nos momentos difíceis. Juninho saiu publicamente em defesa do técnico Mozart Santos após conquistas importantes, blindando o ambiente de pressões externas.

A crise no Goiás

O “maior do Centro-Oeste” enfrenta em 2026 uma das maiores crises financeiras e administrativas de sua história, marcada por desequilíbrios de caixa, salários atrasados e condenações judiciais. O balanço financeiro do clube apontou prejuízo acumulado de quase R\$ 100 milhões, colocando a agremiação alviverde entre os piores resultados financeiros entre os clubes da série B. De vários balancetes mensais divulgados na temporada de 2026, a grande maioria registrou déficit (com média mensal de rombo em torno de R\$ 1,6 milhão e acumulado de mais de R\$ 11 milhões no período), destoando de anos anteriores que contaram com entradas de receitas extraordinárias de ligas.

A crise vivida pelo Goiás está estampada nas más con-

dições do Centro de Treinamento do Clube. Sem manutenção, os campos estão descuidados e as demais dependências carentes de maiores atenções. O que chama a atenção no CT do Goiás, que já foi um dos melhores do Brasil, é a desatualização no Departamento Médico, na Academia de Ginástica e a falta de um refeitório para alimentação dos profissionais. Os jogadores, principalmente os solteiros, reclamam que não tem um espaço para fazer as principais refeições. Depois dos treinos, precisam recorrer aos restaurantes nas proximidades do CT, que não são de boa qualidade, para fazer a alimentação.

O clube acumulou atrasos de quase três meses no pagamento de salários de jogadores e funcionários, gerando forte desgaste interno, recusa do elenco em dar entrevistas à imprensa e sensação de abandono. O clube sofreu reveses jurídicos pesados, como a execução de uma ação trabalhista milionária. Em meio a esse turbilhão de problemas, o time continua tentando uma vaga, quase impossível, no grupo dos seis melhores que disputarão os playoffs por uma vaga na série A de 2027.

✓ Esli Garcia declarou antes do jogo contra o Náutico que o técnico Mozart Santos não gosta dele nem de Anselmo Ramon. Questionado na entrevista coletiva após a partida, Mozart demonstrou impaciência, dizendo que não responderia perguntas sobre o assunto.

✓ Além de Esli Garcia e Anselmo Ramon, o técnico Mozart também deixou de lado o meia Braian, jogador que o Goiás se esforçou em contratar junto ao CSA de Alagoas. É um bom jogador, que poderia estar ajudando o clube neste momento.

✓ Mozart defendeu o jogador Cadu Mineiro, dizendo que o atleta foi formado na base do Atlético Mineiro, por isso tem condições de ser titular no Goiás. Ao ser substituído na partida de ontem, a torcida comemorou sua saída.

✓ O Prefeito Márcio Corrêa, de Anápolis, está viabilizando um grande patrocínio para Anápolis e Anapolina visando a temporada de 2027. Trata-se de uma multinacional e o contrato deverá ser assinado em reunião marcada para o dia 30 de outubro em Brasília.

✓ O técnico Roger Silva estava suspenso na partida contra a Ponte Preta, por ter recebido o terceiro cartão amarelo. O treinador não ficou no banco de reservas, mas comandou a equipe de um camarote no estádio de Indaiatuba, se utilizando de um rádio de comunicação para orientar o auxiliar técnico, que teoricamente era o treinador naquela oportunidade. Vai dar problema.

